

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Fio Direto

SUELY ARANTES

### TCE propõe aperfeiçoamento no combate à violência contra a mulher

As ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher realizadas no Estado de Goiás foram avaliadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em auditoria operacional realizada no período de 2016 a 2018. A fiscalização avaliou também se a rede de atendimento estadual possui estrutura física e operacional adequada para acolher, proteger e orientar as mulheres vítimas dessa violência e para conscientizar o agressor para evitar novas ocorrências. O relatório desse trabalho foi aprovado em sessão plenária, por acórdão relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota, contendo determinações à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) e à Secretaria de Segurança Pública (SSP), esta em conjunto com as polícias Civil e Militar, e recomendações ao Tribunal de Justiça (TJ-GO) e à Defensoria Pública do Estado, para o aperfeiçoamento dessas ações. As secretarias de Desenvolvimento Social e Segurança Pública terão de apresentar, com prazo de 60 dias, planos de ação contendo cronograma de adoção das medidas propostas pela unidade técnica do TCE-GO. Entre as determinações à Seds estão a elaboração de uma política estadual para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, contendo um planejamento para o combate à violência contra a mulher, em nível estadual e municipal, a ser coordenado pela secretaria junto aos municípios goianos. A secretaria deverá, em conjunto com as polícias Civil e Militar, ampliar a rede de atendimento à mulher e o número de casas de abrigo e de passagem, contemplando, no mínimo, a instalação de unidades para atender às regiões Sul e Sudoeste do Estado.





## Caiado defende integração das polícias

Governador participou de Fórum dos Governadores, em Brasília, e propôs a medida para melhorar a segurança

Dayrel Godinho

Em Brasília, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), participou ontem (8) do VII Fórum Nacional de Governadores, onde pode debater com os outros gestores diversos pontos políticos no Brasil. No evento o democrata defendeu a integração das polícias a nível federal. Caiado, inclusive, expôs os resultados goianos após a implantação da política de integração, integridade e independência das forças policiais no Estado.

Esta integração, que foi defendida pelo governador diante de outros 26 gestores estaduais, mais o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), permite uma maior união entre todas as esferas das forças policiais para uma política mais exitosa de Segurança Pública nos estados foi defendida pelo de-



Governador se reuniu com os gestores estaduais para definir as principais demandas das administrações estaduais

mocrata, que apresentou os resultados do Estado as unidades da federação.

Em referência as verbas direcionadas a ações como a utilização da Força Nacional nos estados, Caiado acredita que os repasses deveriam ser diretamente enviados para os gestores. "Estamos conseguindo essa interação das polícias, com alto grau de in-

formação e com toda a tecnologia. Se nós a ampliarmos, garanto que terá uma eficiência mil vezes maior do que qualquer ação do Governo Federal. A União deveria simplesmente repassar para nós 100% desse dinheiro".

Como exemplo, Caiado apontou as investigações da Polícia Civil de Goiás na Vila Canaã e ações como a Opera-

ção Icarus, que desarticulou no mês de agosto uma das maiores quadrilhas de tráfico internacional de drogas que atuava em Goiás, como exemplos de uma ação integrada entre as polícias Civil e Militar no Estado. "Só em um Estado como Goiás, foram 56 toneladas de drogas apreendidas e milhões de comprimidos de ecstasy e 112 quadrilhas des-

baratadas", relatou.

O governador acredita que deveria ser da alçada dos Estados concluir inquéritos e processos. "Ficar combatendo o cidadão que ganha R\$ 5, R\$ 6 por cada pedra de crack que comercializa é enxugar gelo. Se não tivermos a coragem de enfrentar os cabeças, vamos perder essa guerra", alertou.

## Reforma da Previdência estadual chegará à Alego até outubro

Em coletiva após a reunião, Caiado falou sobre Reforma da Previdência no Estado, que ele anunciou na última segunda-feira (8) que deverá enviar para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). O governador

afirmou que deve encaminhar, entre os dias 17 e 24 de outubro, um projeto para ser analisado pela Casa, porque, de acordo com o governador, não há como ele manter o Estado com a quantidade de inativos

que existe hoje.

O governador, inclusive, afirma esta já é uma decisão tomada e que a matéria vem sendo trabalhada há vários meses junto com o economista e professor Paulo Tafner e toda as-

essoria de Governo de Goiás. "Como governador, estou sentindo que a evolução de uma Proposta de Emendas Constitucional (PEC) Paralela é pequena e, ao aguardarmos, perderíamos o ano todo. Além dis-

so, ano que vem é ano eleitoral e essa discussão vai causar certo anseio, já que a situação é grave. O desequilíbrio nas contas do Estado na área da Previdência é altíssimo", frisou Caiado. **(Especial para O Hoje)**



## Acertada venda de ações da Saneago

### Para capitalizar estatal, Governo de Goiás pretende negociar até 49% de suas ações

Venceslau Pimentel

O Governo de Goiás deverá vender até 49% das ações da Saneago, como forma de dar mais liquidez à companhia e a possibilidade de ter melhor acesso ao mercado de capitais com a operação, de acordo com a justificativa do projeto que o governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou ontem à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). O projeto de lei visa regulamentar a operação de abertura de capital, que ainda precisa ser autorizada por uma assembleia geral da empresa, marcada para o dia 18 de outubro.

No encontro, serão analisados, entre outros, os procedimentos necessários para a disponibilização das ações preferenciais e ordinárias, assim como a feitura de adequações necessárias no estatuto da Saneago.

A proposição altera a Lei nº 6.680, de 13 de setembro de 1967, que criou a estatal, mas o controle da companhia é assegurado ao Estado, com 51% das ações, com direito a voto de emissão de sociedade. Na assembleia marcada para daqui a dez dias, os acionistas irão decidir também sobre a permissão de mudança de categoria junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que poderá mudar de categoria "B" - que não permite a venda de ações - para a categoria "A", que libera a estatal para a possibilidade de negociação de ações para pessoas físicas e jurídicas. A sugestão de venda de ações, de acordo com o governador, partiu da presidência da empresa.

O projeto, lido durante a sessão de ontem, já provocou embate entre deputados da oposição e aliados do governo. O líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), disse que ainda não foi batido o martelo sobre a venda de ações da Saneago, e que o assunto ainda é objeto de discussões internas no governo e



Projeto enviado à Alego estabelece os critérios para a disponibilização das ações no mercado

na companhia. "O que está sendo debatido internamente é uma questão de possibilidade de venda de 49% das ações e está sendo analisado ainda.

De acordo com Peixoto, além da discussão interna, há ainda, pela frente, o processo de autorização da Comissão de Valores. Por isso, em entrevista à imprensa, afirmou que não há previsão para a tomada de decisão por parte do governo sobre a oferta das ações. "Não existe prazo ainda. Tudo está sendo debatido na empresa Saneago e, evidentemente, a decisão final caberá ao nosso governador", pontuou.

Na avaliação do deputado petista Antônio Gomide, por exemplo, é um erro a autorização a ser dada ao Executivo para vender ações da estatal goiana. "O governador anunciou este ano que seriam investidos R\$ 1 bilhão na estatal. Isso não será cumprido e agora querem vender parte das ações?", indagou. "O que está caminhando é para repetir o mesmo projeto que fez com a Celg. A venda de ações é uma das formas de poder privatizar a Saneago, que eu acho um grande equívoco", frisou.

#### RRF

Questionado se a possibilidade de venda de ações da Saneago teria alguma correlação com a adesão do governo ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal, Bruno Peixoto disse que não. "De maneira nenhuma. Essa é uma decisão que o governo vai tomar, independentemente, da recuperação fiscal ou não", pontuou, salientando que o governo Caiado trabalha para recuperar as finanças do Estado.

"Todos sabem que o governador Ronaldo Caiado assumiu o Estado com um enorme déficit orçamentário. Então, medidas como essa têm que ser debatidas, sim, e não podemos nos furtar de mostrar à sociedade a realidade financeira do Estado".

#### Relatório

Em parecer favorável à matéria, a Secretaria da Procuradoria-Geral do Estado destaca que o Estado de Goiás deverá permanecer com 51% das ações ordinárias, e que a alteração permitirá a venda de uma maior parte do capital da

contexto de uma oferta pública", pontua.

Ao concluir o relatório, a Procuradoria ressalta que a descentralização por serviços, também conhecida como funcional, ocorre quando o poder público dá origem a uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público. Acrescenta que, no Brasil, essa criação somente pode se dar por meio de lei e corresponde, basicamente, à figura da autarquia, mas abrange também fundações governamentais, sociedades de economia mista e empresas públicas, que exercem serviços públicos.

#### Alterações

O projeto de lei altera as redações de alguns artigos da lei 6.680/67. O parágrafo 1º do artigo 3º, que diz que o Estado de Goiás subscreverá, no mínimo, 51% das ações da sociedade, proporção essa que será mantida sempre que houver aumento de seu capital, foi alterada para, "o Estado, para assegurar sua condição de acionista controlador, deverá manter ao menos 51% das ações com direito a voto de emissão da sociedade.

O artigo 9º da lei, que destaca que o Estado poderá alienar, a pessoas jurídicas de Direito Privado nacionais e de Direito Público Interno, parte das ações que possuir na Saneago, desde que mantenha sempre o mínimo 51% do capital da sociedade. Tem nova redação. "Fica o Poder Executivo autorizado a alienar para pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público e/ou privado, inclusive por meio de ofertas públicas, ações detidas pelo Estado de Goiás de emissão da Saneago, observado o disposto no art. 3º, 9 1º, desta Lei". **(Especial para O Hoje)**



## Presídio tem maior varredura

Cerca de 400 servidores vistoriaram todas as 420 celas de oito alas da Penitenciária Odenir Guimarães

Igor Caldas

Uma varredura na Penitenciária Odenir Guimarães (POG), no Complexo Prisional em Aparecida de Goiânia apreendeu mais de 200 telefones celulares, carregadores, chips de telefonia móvel, armas brancas, roteador de internet, drogas e até mesmo um pé de maconha, plantado em um pote de paçocas. A ação ocorreu nesta terça-feira (08). Foi a maior varredura preventiva já realizada na história do presídio.

A última ação dessa natureza foi feita no local há dois anos, em reação a um motim iniciado num dos pavilhões da penitenciária. A ação foi

coordenada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). Foram vistoriadas todas as 420 celas de oito alas. Cerca de 400 servidores da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), polícias Civil e Militar, Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC), Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal (PRF) participaram da ação integrada.

O secretário de Segurança Pública Rodney Miranda que acompanhou toda a operação. Afirma que um dos principais objetivos é aumentar o controle do sistema penitenciário goiano. Ele diz que foi feita uma varredura completa. O trabalho foi fruto de um pla-

nejamento minucioso que vai contribuir para reforçar a segurança do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

Segundo o titular da SSP, operações neste sentido serão realizadas dentro dos presídios goianos sempre que necessário. O secretário afirma que vai continuar atuando com muito rigor também dentro das unidades prisionais para evitar que ações criminosas sejam ordenadas do lado de dentro.

Rodney Miranda também ressalta que um planejamento para ampliar o número de vagas e melhorar a estrutura física da unidade já está em andamento. "Estamos trabalhando de forma conjunta

com o Judiciário e o Ministério Público para melhorar nossa estrutura e garantir que a segurança nos presídios seja cada dia maior. O fortalecimento do sistema prisional é uma das principais determinações do governador Ronaldo Caiado", afirma.

De acordo com o diretor-geral de Administração Penitenciária, coronel Wellington Urzêda, além de permitir um controle mais rígido da Penitenciária Odenir Guimarães, a operação também reflete na melhoria da segurança nas ruas. "Essa operação impede que os detentos tenham acesso à comunicação com o lado de fora. Isso é fundamental para que pos-

síveis ocorrências criminais sejam evitadas. Tenho certeza que a ação vai contribuir com reduções ainda mais expressivas dos indicadores criminais", explica.

Desde o início deste ano, o Governo de Goiás, por meio da SSP e da DGAP, realizou diversas medidas para garantir o controle efetivo das unidades prisionais do Estado. No último mês, cerca de 200 detentos de alta periculosidade que estavam custodiados no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia e nas unidades de Anápolis e Formosa foram transferidos para a Unidade Prisional Especial de Planaltina de Goiás. **(Especial para O Hoje)**





## Parecer

### CCJ da Alego entende que gestores jurídicos têm direito a não bater ponto

08/10/2019 16:20 --- Por Luiz Phillipe Araújo ---

**Projeto os obrigava a fazê-lo. Mas parecer pela rejeição foi aprovado por ampla maioria na comissão, porque parlamentares entenderam que atividade de advogado público extrapola trabalho presencial**



A Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) analisou nesta terça-feira, 8, o projeto que veda isenção de ponto para gestores jurídicos, isto é, obriga essa categoria a bater o ponto. O autor da propositura, deputado Henrique Arantes (MDB), defendeu a aprovação, mas a maioria dos integrantes da comissão decidiram por rejeitar a proposta.

O projeto altera lei que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores que integram o Grupo Ocupacional Gestor Governamental. Segundo o propositor, a isenção do ponto não se justificaria, e a proposta restauraria a ordem jurídica. O debate na CCJ contou com presença de advogados públicos que reagiam às falas dos deputados e chegaram a vaia Henrique Arantes.

### Por que rejeitaram

O responsável pelo relatório que rejeitou a matéria, deputado Hélio de Souza (PSDB), explicou que a posição contrária segue orientação da procuradoria da Casa, que interpreta norma da Comissão Nacional da Advocacia Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na súmula, a comissão defende que a atividade do advogado público é incompatível com o cargo, já que comportaria atividades fora do expediente de trabalho.

O líder do governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), pediu vistas e apresentou um voto em separado alegando inconstitucionalidade na proposta, porque a responsabilidade de tomar tal medida seria do Executivo. O deputado Henrique Arantes rebateu: “O serviço público estadual é legislado pelo Estado. E eu estou falando do serviço público estadual e não federal”.

Após a série de discussões, os parlamentares decidiram por aprovar parecer pela sua rejeição. A matéria será objeto de apreciação do plenário.



Banners da campanha são vistos nos prédios da Esplanada dos Ministérios

## TCU suspende campanha de Sergio Moro

**PACOTE ANTICRIME** Argumento é de que projetos ainda tramitam no Congresso e podem sofrer alterações; custo da publicidade chega a R\$ 10 mi

O ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspendeu a veiculação de publicidade envolvendo o “pacote anticrime”, como ficaram conhecidos os projetos de lei idealizados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, apresentados ao Congresso em fevereiro, que ainda estão em fase de tramitação.

Com o slogan “A lei tem que estar acima da impunidade”, a campanha publicitária foi lançada no último dia 3 de outubro em cerimônia no Palácio do Planalto, com o custo estimado em R\$ 10 milhões. As peças publicitárias estão sendo veiculadas em rádio, Internet, televisão, cinema e mobiliários urbanos.

A decisão do ministro relator tem validade até que o plenário do TCU se manifeste sobre o tema, o que deve acontecer nas sessões do plenário de hoje.

O argumento central de Vital do Rêgo é que os projetos ainda estão tramitando no Congresso e, dessa forma, poderão sofrer “drásticas alterações”, razão pela qual o investimento de recursos agora poderia gerar desperdício de dinheiro público.

“Não vislumbro como alinhar a divulgação de um projeto de lei que ainda será discutido pelo parlamento com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos”, disse o ministro relator, Vital do Rêgo, em despacho ontem.

### INDAGAÇÕES

Os questionamentos à publicidade partiram de duas frentes. De um lado, o Ministério Público de Contas, e de outro, parlamentares da oposição, entre eles deputados integrantes

do grupo de trabalho que discutiu durante meses o projeto na Câmara, como Orlando Silva (PCdoB-SP), Paulo Teixeira (PT-SP) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Um dos argumentos é que, como ainda não é uma política de governo, e sim um projeto legislativo, não poderiam ser investidos recursos para uma campanha publicitária institucional da Presidência da República.

O procurador do Ministério Público de Contas, Lucas Furtado, pediu que a Corte analisasse o emprego dos recursos considerando que eles podem não atender aos “princípios do interesse público e da transparência” e sim servir “ao favorecimento de interesses pessoais, com ofensa aos princípios da Impessoalidade e da supremacia do interesse público”.

No sábado, o presidente da República, Jair Bolsonaro, havia comentado sobre a possibilidade de a publicidade ser suspensa. “A esquerda empilha você de processo e você tem que responder o tempo todo. Por exemplo, está vindo um processo que está chegando a minha mesa que eu vou ter que suspender com o Sergio Moro a propaganda da Lei Anticrime. Vamos ver quais são os argumentos, mas chegando a liminar imediatamente vai suspender isso aí”, disse o presidente, a participar, por vídeo conferência, do 3.º Simpósio Conservador de Ribeirão Preto.

Em nota enviada pela assessoria de imprensa, o Ministro da Justiça e Segurança Pública disse que “embora respeite, lamenta a decisão do Ministro do Tribunal de Contas da União”. (Agência Estado)



## Sem obras, motoristas já pagam menos por tarifas de pedágio

**RODOVIAS** Reduções nos preços ocorrem porque as concessionárias deixaram de executar a maior parte das melhorias previstas nos contratos de concessão

Lucia Monteiro  
lucia.monteira@opopular.com.br

Os motoristas estão pagando menos pelos pedágios em rodovias que passam por Golás e que são administradas por concessionárias. Mas o motivo para esta queda não é tão bom assim: a falta de execução de obras do quinto ano de concessão, previstas nos contratos. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), as reduções nas revisões tarifárias chegam a 28,4%. Um levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em maio do ano passado, já mostrava uma lista de obras que estavam atrasadas, entre duplicações e intervenções como a construção de contornos rodoviários, faixas adicionais e vias marginais.

De lá pra cá, pouca coisa mudou. No início de 2018, o TCU apontava 1.463 quilômetros de trechos que ainda não haviam recebido obras previstas apenas nos contratos de concessão de rodovias que unem Golás a Minas Gerais. O relatório detectou R\$ 20 bilhões em intervenções obrigatórias nos contratos que deixaram de ser feitas em trechos concedidos em todo País.

Em Golás, não é diferente.

Dos 647,8 quilômetros das BRs 060, 153 e 262, concedidos para a Triunfo Concebra em 2014, apenas 82,76 quilômetros foram concluídos. Mas, segundo o relatório do TCU, 259 quilômetros deveriam ter sido duplicados até o final de 2017. Outra obra importante que já deveria ter sido realizada pela Triunfo Concebra é o contorno rodoviário de Golânia, na BR-153, que visa reduzir o fluxo no trecho urbano da rodovia.

No caso dos 702 quilômetros da BR-040 concedidos para a concessionária Via 040, 325 quilômetros deveriam ter sido entregues até 2017, mas, até agora, apenas 73 quilômetros já foram concluídos, ou cerca de 10%. No



“**Existe um edital, leis e sanções previstas em contrato e que devem ser cobradas com rigor das empresas que não cumprirem**”

Benjamin Rodrigues,  
engenheiro

### Obras inacabadas ou paralisadas

Empresas com concessões de rodovias goianas atrasam obras previstas em contrato e são obrigadas a reduzir tarifas

Obra	Concessionária	Extensão pendente (km)*
Contorno de Goiânia	Triunfo Concebra	30
Duplicação BR-153 e BR-262	Triunfo Concebra	583,02
Faixa adicional subtrecho E Anápolis/Goiânia	Triunfo Concebra	45,20
Vias marginais GO/MG	Triunfo Concebra	36,45
Duplicação BR-050/GO	ECO 050 (MGO)	69,80
Vias marginais BR-050 MG/GO	ECO 050 (MGO)	22,45
Conversão multifaixas BR-040 MG/GO	Via 040	144,80
Duplicação BR-040/MG/GO	Via 040	501,48
Faixa adicional Santa Maria/Valparaíso/Luziânia	Via 040	32,50

### DUPLICAÇÕES JÁ REALIZADAS\*\*

Via 040	ECO 050 (MGO)	Triunfo Concebra
73 quilômetros realizados	176 quilômetros realizados	82,76 quilômetros realizados

\*Maio de 2018  
\*\*Até agosto de 2019  
Fonte: TCU/ANTT/empresas

último mês de agosto, a empresa protocolou um pedido de rescisão do contrato de concessão para que ocorra um novo leilão do trecho. A empresa alega que arrecadou cerca de R\$1,3 bilhão com a cobrança de pedágio, mas investiu mais de R\$ 1,7 bilhão em melhorias do sistema rodoviário da BR-040.

### MELHOR SITUAÇÃO

A melhor situação é da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Golás (Eco 050), que tem a concessão da BR-050. Depois de um atraso de seis meses para o início da duplicação, até o fim de 2017 a empresa havia entregue 35 dos 87 quilômetros que deveria ter duplicado. Porém, no último mês de agosto, já havia entregue 176 quilômetros de um total de 218 quilômetros previstos em contrato. Hoje, garante estar rigorosamente em dia com o Programa de Exploração da Rodovia e o cronograma de obras aprovado pela ANTT.

Mesmo assim, recentemente a empresa foi punida com uma redução de 5,96% da tarifa, ainda em virtude da defasagem de seis meses no início das obras de duplicação. De acordo com a ANTT, os descontos de reequilíbrios calculados para as últimas propostas de revisões tarifárias em razão da falta de execução

de obras do quinto ano de concessão chegam a 28,4% para a Concebra, 8% para a Eco 050 e 25,5% para a Via 040.

No ano passado, as empresas já tiveram que arcar com várias reduções de tarifas nos pedágios. Para o engenheiro Benjamin Jorge Rodrigues, doutor em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da PUC-Golás e da UEG, é difícil para a sociedade compreender a razão das obras não serem realizadas, ao mesmo tempo em que o pedágio é cobrado. “Para os usuários das rodovias, a não realização de obras significa prejuízo porque a qualidade das rodovias não é a mesma prevista nos editais de concessão”, ressalta.

Segundo ele, uma possibilidade é que as empresas possam estar tendo dificuldade por terem assinado os contratos no governo anterior, com um cenário político diferente do atual e outras práticas. “Mas existe um edital, leis e sanções previstas em contrato que devem ser cobradas com rigor”, destaca. Na visão do professor, nos casos de devolução das concessões, o governo precisará ser ágil para abrir um novo edital, a fim de repassar a rodovia para outra empresa logo e não comprometer a segurança e conforto dos usuários.



Trecho da BR-153, sob concessão da Triunfo Concebra: anel viário só no papel

## Trechos perigosos sem intervenções

Até mesmo trechos campestres em acidentes graves ainda não receberam todas as melhorias. Na lista dos dez mais perigosos da malha federal, segundo a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), estão 20 quilômetros da BR-040, em Luziânia. Pelo contrato, faixas adicionais deveriam ter sido implantadas no trecho até o fim do segundo ano de concessão (entre 2016 e 2017), e vias marginais, até o sexto ano (entre 2020 e 2021), o que ainda não ocorreu. Mas, de acordo com a ANTT, seis das 20 concessionárias federais detêm limitações que impedem redução de tarifas ou aplicação de penalidades.

A Eco050 esclarece que houve redução média de 5,96% da tarifa nas praças de pedágio, considerando a análise de diversos fatores que impactam na composição da revisão anual. Segundo a empresa, embora a agência tenha dito que “o maior impacto se deu em razão do atraso na entrega das obras de ampliação de capacidade e melhorias”, o atraso na duplicação da rodovia não se refere à situação atual das obras da BR-050 em Golás, que estão rigorosamente em dia, mas à defasagem no início das obras (iniciadas em julho 2015 e não em janeiro daque-

le ano, como previsto). Segundo a empresa, o atraso decorreu do atraso da liberação da Licença de Instalação (LI) por parte do órgão do governo federal.

A Via 040 informou que todos os trechos listados estão previstos no projeto de modernização da BR-040 e que executou 73 quilômetros de duplicação em trechos em que havia autorização ambiental para obras. A empresa diz que a tarifa está em R\$ 5,30 desde 2017 e lembrou que protocolou, em agosto, pedido de adesão à lei 13.448/17, que trata da devolução atrelada das concessões de rodovias e aeroportos para que sejam novamente licitadas. “As obras em atraso estão previstas no projeto de modernização da BR-040 e ficarão para o novo concessionário que assumirá o trecho”.

A Triunfo Concebra informa que entre os principais investimentos em Golás está a construção do contorno em Golânia na BR-153 e a implantação de terceira faixa entre Anápolis e Golânia. A Concessionária informa que possui uma sentença na justiça para não sofrer o impacto da redução da tarifa, já que o BNDES não honrou o empréstimo total e determinou que ela realizasse o pagamento do empréstimo antes do prazo previsto.



## Impasse com OS em processo seletivo não altera gestão do Hugo

**SAÚDE** Gestora do hospital pediu para deixar chamamento público em curso, mas solicitação foi negada. Contrato atual da Haver com o Estado segue até final de novembro

Carla Guimarães  
carla.guimaraes@opopular.com.br

Depois de um segundo adiamento da transferência de gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e em meio a um impasse com a atual gestora da unidade em chamamento público em curso, o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, em entrevista ao POPULAR, informa que não há risco de o Hugo ficar sem gestão.

“(O hospital) jamais ficará sem gestão. Se tiver necessidade, se não tiver ninguém, a Secretaria da Saúde assume a gestão do Hugo. Isso em caso extremo”, afirmou o secretário, que disse ainda que a população não tem de se preocupar quanto ao atendimento na unidade.

Desde a saída do Instituto Gerir da gestão do Hugo, no final do ano passado, o Instituto Haver passou a administrar o hospital por meio de um contrato emergencial com o Estado, sem licitação.

Em abril, a Secretaria de Saúde (SES) publicou edital de chamamento público para selecionar Organização Social (OS) que ficará responsável pela gestão do Hugo. Em 12 de agosto chegou a ser publicado resultado final do certame, trazendo como vencedor o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS); em segundo lugar o Instituto Haver e, em terceiro, o Instituto Consolidar.

Dias depois, foi anunciado que o INTS assumiria o hospital ainda em agosto. Mas no dia 22 daquele mês, conforme regis-

trado pelo POPULAR, a secretaria anunciou que a transferência de gestão do Hugo seria adia- da para 1º de outubro. Na ocasião, a justificativa era permitir que ambas as instituições envolvidas neste processo se organizassem melhor para fazer a troca sem causar nenhum prejuízo na prestação dos serviços.

Porém, em 1º de outubro, a SES publicou aviso de anulação parcial do chamamento público, desclassificando a terceira colocada, a Consolidar, por, segundo publicação da comissão interna do certame, ela não ter alcançado o percentual mínimo com relação a um dos critérios de avaliação da proposta.

Com a desclassificação do terceiro colocado, conforme explica o secretário, o certame retroagiu de fase, saindo de resultado final para voltar a resultado preliminar, só com os dois primeiros lugares classificados, INTS e Haver. Em razão disso, o prazo de dez dias para apresentação de recursos administrativos an-

te ao chamamento público passaram a ser contados a partir de 2 de outubro, data que a decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), segundo a SES. Diante desta mudança, a pasta voltou a prorrogar o contrato de gestão do Hugo com o Instituto Haver por mais 60 dias, a contar de 1º de outubro.

### ETAPA

O processo de chamamento segue atualmente na fase de recursos e contrarrazões, que termina dia 16. Segundo a SES, antes da divulgação do resultado final, a Comissão Interna de Chamamento Público fará a análise das documentações. Neste prazo, o secretário da SES diz que o Instituto Haver, segundo colocado, retirou ação na Justiça questionando o resultado e mandou ofício para pasta Informando decisão de sair do processo. A alegação do Instituto é de que a decisão foi motivada pela insegurança jurídica gerada em razão dos constantes atos administrativos que alteraram situações já estabelecidas na condução do processo de transição e que traziam dúvidas quanto à imparcialidade e impessoalidade do certame. A comissão interna, porém, indeferiu a desistência. O ofício da Haver, segundo o secretário, não alterou o prazo em curso do certame. Não havendo recursos ele diz que o resultado final será divulgado após os dez dias úteis que estão previstos para razões e contrarrazões. Pelo contrato, a vencedora terá dez dias, prorrogáveis por mais dez, para assumir a gestão do hospital.

“Se tiver necessidade, se não tiver ninguém, a Secretaria da Saúde assume a gestão do Hugo. Isso em caso extremo”

Ismael Alexandrino Júnior,  
secretário estadual de Saúde



Entrada do Hospital de Urgências de Goiânia: gestão pode ter mudança

## Haver diz que faz análise de ponderações da comissão

Procurado pelo POPULAR para comentar sua situação no chamamento público e na gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), o Instituto Haver, afirmou, em nota, que “espera que o processo de chamamento transcorra com imparcialidade e impessoalidade”. Ainda em nota, o instituto afirmou que “está analisando as ponderações da Comissão (que negou seu pedido de desistência do certame)”. Disse, no entanto que, sua “prioridade é garantir a gestão eficiente do Hugo, com foco nos pacientes e colaboradores, que têm sido sua marca nos últimos dez meses.” O Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), classificado em primeiro lugar no resultado preliminar, segundo seu superintendente de Planejamento, Allan Cavalcante, está “pronto para assumir”. Ele frisa, porém, que esperam a conclusão do processo. “Hoje não existe ganhador final. O processo voltou para fase de análise.” Quanto aos rumores de demissão, caso sua vitória seja confirmada, a assessoria do INTS diz que o instituto “não demite”, contrata. Segundo o superintendente, está prevista a

readequação de quadros. “Vai ter mais recontração, para adequar ao novo contrato, além de ajustes de carga horária, escala...” Demissões, de acordo com o instituto, se acontecerem serão pontuais e quem faria seria o atual contratante. Cavalcante informa que o instituto já realizou processo de seleção com em torno de 1.300 vagas para atender o Hugo e que foi realizado um chamamento interno para que atuais colaboradores do hospital participassem. “Teve 80% de adesão do quadro atual.” Segundo ele, a seleção foi realizada há cerca de 15 dias e ainda não estão com o resultado final. Ele frisa que, caso assumam, vão seguir os pisos das categorias. O secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, cita que caso haja mudança na gestão do Hugo serão respeitadas todas as questões administrativas, mas que quem assumir terá autonomia de gestão. Um possível passivo trabalhista com a atual OS é, hoje, responsabilidade do Estado. A partir do próximo contrato diz que passa para a OS que assumir a gestão do hospital. O processo de chamamento prevê para a vigência total do contrato de gestão (48 meses) o valor de R\$ 712,2 milhões.